CURRÍCULO, GOVERNAMENTO E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

Morgana Domênica Hattge[1]
Cláudia Inês Horn[2]
Henriqueta Althaus[3]
Francine Nara de Freitas[4]

Este texto, caracterizado como um ensaio para pensar sobre o nosso próprio pensamento, parte de uma concepção de currículo como um dispositivo que torna possível determinados modos de existência. Assim, "o currículo é sempre a produção de um estilo de vida a ele implicado, de modo que todo empreendimento crítico aí efetuado é também um gesto de resistência e apelo à construção de novos territórios existenciais" (COSTA; HATTGE, 2014, p. 2).

Entendemos o currículo como um conjunto de práticas que é produzido e produz o sujeito e, desse modo, pode ser percebido como algo além do que discursivamente se diz acerca do conceito, pois é ele mesmo – currículo – uma linguagem que fala e indica caminhos a serem seguidos. Nesse sentido, como linguagem que produz algo podemos considerá-lo como dispositivo, assim como já dizia Foucault (2013), uma rede de relações.

> Por esse termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 2013, p. 364).

1 Doutora em Educação. Docente na Univates. mdhattge@univates.br

2 Mestra em Educação. Docente na Univates. cihorn@univates.br

3 Graduanda do Curso de Psicologia – Univates. queta.althaus@hotmail.com

4 Mestra em Ensino – Univates. freitasfran14@gmail.com

Desse modo, quando o autor fala do dispositivo como uma rede entre elementos, entendemos o currículo como um dispositivo, como um artefato que "dispõe" saberes, poderes e resistências; que, ao compor com diferentes elementos, movimenta-se e ressignifica a sua própria existência, possibilitando assim a compreensão de sua dimensão de governamento no interior de determinada instituição. Importa dizer aqui que as estratégias de governo e governamento que operam nas instituições escolares produzem subjetividades, ou seja, produzem modos muito particulares de praticar a vida nesse espaço e tempo.

As práticas nunca são realizadas isoladamente; sempre estão relacionadas a outras práticas e possuem funções específicas, que, nesse sentido, podem ser caracterizadas por dispositivos. Os dispositivos em Foucault apresentam duas características: têm uma função de estratégia e têm a capacidade de integrar práticas discursivas e não discursivas. (CASTRO-GOMÉZ, 2010).

O dispositivo como prática discursiva pensado por Foucault caracteriza o modo como temos percebido o currículo, pois inventa sua existência por meio da linguagem, mas, ao mesmo tempo, nos aproximamos das ideias de Agamben (2009), que nos leva a pensar no conceito de dispositivo sob outra perspectiva:

> Chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes (AGAMBEN, 2009 p. 40).

Nessa perspectiva, o currículo pode operar como um dispositivo, fazendo movimentar estratégias e técnicas específicas para que a maquinaria escolar coloque em funcionamento as suas engrenagens, de modo a incluir nesse processo os sujeitos que a ele – currículo – estão relacionados, acionando processos de subjetivação. Capturados pelo dispositivo currículo, os professores delimitam o tempo para que os alunos terminem a leitura de um livro; os alunos interceptam o processo avaliativo ao não comparecerem à escola no dia marcado para a realização da prova. Um a um, sujeito a sujeito, cada um dos envolvidos com a escola, dispõe de elementos e oportunidades para que, de modo consentido ou não, se apresente como parte do sistema educacional, a partir de sua relação com o currículo.

Nesses primeiros parágrafos está exposta a argumentação central deste texto, que é desdobrada nas páginas que seguem. Na primeira seção apresentamos a pesquisa inicial da qual decorre esta reflexão. A seção seguinte é dedicada a pensar acerca da escola e alguns de seus movimentos escolarizados. Por fim, na última seção, fazemos uma discussão (e diferenciação) de dois conceitos caros à compreensão de nossa análise: governo e governamento e sua articulação com os processos de subjetivação.

O currículo em espaços escolares e não escolares

O presente ensaio parte dos resultados parciais produzidos a partir dos estudos realizados pelo Grupo de Pesquisa "Currículo, Espaço, Movimento - CEM", que iniciou suas atividades no ano de 2013 e desenvolve atualmente a pesquisa intitulada "O currículo em espaços escolares e não escolares no Brasil e na Colômbia: diferentes relações com o aprender e o ensinar". O Grupo está vinculado ao Mestrado de Ensino do Centro Universitário UNIVATES/ Lajeado, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Trata-se de uma pesquisa que tem como objetivo central problematizar as especificidades do currículo, bem como os movimentos escolarizados e não escolarizados que ocorrem em quatro distintos espaços: dois espaços escolares – uma Escola da Rede Pública Municipal de Ensino Fundamental localizada no Vale do Taquari/Brasil e uma Escola da Rede Privada localizada na cidade de Bogotá/Colômbia e dois espaços não escolares – uma Organização Não Governamental localizada na cidade de Lajeado e uma Fundação de Arte da cidade de Porto Alegre, ambas situadas no Brasil.

Tomamos neste ensaio, bem como nos estudos e debates realizados no grupo de pesquisa, as expressões "espaços escolares e não escolares" e "movimentos escolarizados e não escolarizados".

> O espaço escolar refere-se às instituições formais de educação que são dirigidas e organizadas a partir de diretrizes nacionais; já os espaços não escolares compreendem outras organizações que não possuem objetivos formais de ensino podendo este acontecer na rua, em ONGs, projeto sociais, teatros, museus, entre outros. Já os movimentos compreendem os modos de ocupar os espaços (CRIZEL; HATTGE, 2015, p. 213).

Quando fazemos referência aos movimentos escolarizados, tomamos como objeto de análise as projeções, os programas, os planejamentos, as arquiteturas, os currículos que produzem efeitos nos sujeitos que circulam por esses espaços. Dito de outro modo, a escolarização contempla um currículo planejado e prescrito a partir de uma seleção de objetivos, conteúdos, competências, habilidades, ou seja, uma sequência gradual e linear no tempo e espaço, contemplando um planejamento minucioso para acionar modos muito particulares de ser sujeito num determinado contexto social e histórico. O currículo é pensado a partir de conteúdos que precisam ser aprendidos pelos estudantes em tamanha rapidez, servindo como base para a avaliação do aluno e da sua produtividade (MUNHOZ, 2012). Podemos trazer como exemplo aqui a instituição escolar, que, por meio dos processos de escolarização, produz efeitos escolarizantes nos sujeitos que a frequentam.

Já os movimentos não escolarizados são potencializadores de aprendizagens, vivências e experiências (MUNHOZ, 2012), que não estão

carregados pelos processos de escolarização. Então o que queremos dizer é que os movimentos podem ser

> […] escolarizados, baseados na forma-escola, modelo inventado na modernidade (Gauthier; Tardif, 2010; Dussel; Caruso, 2003), com organização e prática da sala de aula, papéis definidos do professor e aluno, modos de regulação e controle dessas relações. Os movimentos não escolarizados são entendidos como aqueles outros modos de ocupar os espaços que possibilitam relações diferentes com o tempo e os sujeitos envolvidos, criando outros agenciamentos e composições. Mas é importante destacar que ambos movimentos podem acontecer tanto em espaços escolares quanto não escolares simultaneamente porque um é atravessado e constituído pelo outro constantemente (CRIZEL; HATTGE, 2015, p. 213).

Dito isso, reiteramos que os processos de escolarização podem ser acionados tanto nos espaços escolares quanto nos não escolares, ao passo que os movimentos não escolarizados podem operar em espaços escolares e não escolares, e o jogo que se dá entre esses espaços e esses movimentos constitui fortemente os currículos instituídos na intersecção desses conceitos.

A escola e os movimentos escolarizados

Frente ao já exposto talvez caiba reiterar que a escola não pode ser entendida como a única instituição fadada aos processos de escolarização (mesmo sabendo que a sua emergência e alargamento procuram cumprir com esta função primordial), pois o que temos percebido é que nos espaços não escolares também são desencadeados processos de escolarização que produzem efeitos escolarizantes, dependendo da forma a partir da qual estão organizados.

A instituição escolar é considerada por Foucault (1987) mais uma instituição, entre outras, que tem o poder de disciplinar os corpos. Nela existem diversas técnicas de disciplinamento que normatizam, controlam e sujeitam o indivíduo. Segundo esse autor, dentro dessas instituições de disciplinamento o corpo se torna dócil, pois é "um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado" (FOUCAULT, 2013, p. 132). A disciplina que o sujeito aprende tão cedo já na escola, destacada por Foucault (2013, p. 132), "só existe na medida em que há uma multiplicidade e um fim, ou um objetivo, ou um resultado a obter a partir dessa multiplicidade"; é a maneira que a escola encontrou para categorizar e produzir subjetividades, possibilitando um convívio social "saudável" e a inserção deste dentro da sociedade.

Importa dizer que o poder, para Michel Foucault, não emerge de uma fonte única ou uma instância original (como o Estado, por exemplo), mas é compreendido como uma ação sobre a ação dos outros, "é um modo de ação de

uns sobre os outros" (FOUCAULT, 2010, p. 287), uma ação que tenta governar, não de forma violenta, mas como natural, necessária e produtiva. Nas relações de poder todos estão envolvidos e são ativos, porém "o poder não é da ordem do consentimento" (FOUCAULT, 2010, p. 287). Assim, a noção de poder seria "um poder sem centro, ou antes, com múltiplos centros, poder que era produtor de significados, de intervenções, de entidades, de processos, de objetos, de vestígios escritos e de vidas" (MILLER; ROSE, 2012, p. 19).

Nesse sentido, quando fazemos referência às relações de poder, não as tomamos como violentas ou negativas, pois o poder violento age sobre o corpo e sobre as coisas, "ele força, dobra, quebra, destrói; ele fecha todas as possibilidades" (FOUCAULT, 2010, p. 287). A violência envolve passividade, resistência e redução de poder, ao passo que, na relação de poder, tal como Foucault a compreende, há produção de poder que traz liberdade, um poder que seduz, "ele opera sobre o campo de possibilidades em que se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou dificulta, amplia ou limita, torna mais ou menos provável" (FOUCAULT, 2010, p. 288). Para o filósofo, a liberdade aparece como condição de existência do poder, ou seja, o poder só se exerce sobre sujeitos livres (FOUCAULT, 2010). Miller e Rose corroboram com a ideia afirmando que "as formas contemporâneas de poder foram construídas sobre a premissa de liberdade" (MILLER; ROSE, 2012, p. 19).

Como nos ajuda a compreender Veiga-Neto, "nos tornamos sujeitos pelos modos de investigação, pelas práticas divisórias e pelos modos de transformação que os outros aplicam e que nós aplicamos sobre nós mesmos" (2003, p. 136). Ao visibilizar essas três instâncias que constituem os modos de subjetivação, inspirado nos estudos de Michel Foucault, Veiga-Neto (2003) nos ajuda a compreender como o espaço escolar e seus movimentos escolares estão imbricados com esse tripé que ancora os processos de subjetivação que vivenciamos nas sociedades ocidentais hoje. Somos constantemente subjetivados pelas ciências que se dedicam ao estudo deste animal singular que é o ser humano. Na escola entram em ação a Psicologia, a Medicina, a Pedagogia, a Biologia, a Psiquiatria, para citar somente algumas das áreas de conhecimento que se ocupam de dizer quem são as crianças e jovens que hoje ocupam os bancos escolares, o que desejam, como aprendem e se desenvolvem. Esses seriam os "modos de investigação" (VEIGA-NETO, 2003, p. 136) agindo na subjetivação dos pequenos infantis desde sua entrada no espaço escolar. Juntam-se a esses modos de investigação as "práticas divisórias" (VEIGA-NETO, 2003, p. 136), que nos posicionam em determinados lugares (objetiva e subjetivamente), sejam espaços físicos, como, por exemplo, escola pública ou privada, aula de balé, favela, bairro de classe alta, ou lugares sociais, como, por exemplo, as identidades de gênero, de classe, de raça, etnia, religião, time de futebol que assumimos, muitas vezes de forma herdada pelos costumes da família em que nascemos e naturalizadas no contexto social mais amplo. Mas é preciso juntar a isso os "modos de transformação que os outros aplicam a

nós e que aplicamos a nós mesmos" (VEIGA-NETO, 2003, p. 136), pois não podemos compreender os processos de subjetivação apenas como submissão ou moldagem, como se o indivíduo fosse passível de uma intervenção à sua revelia em seu processo de constituição como sujeito.

Retomando a discussão realizada acima acerca dos processos de disciplinamento, podemos dizer que a disciplina pressupõe, como já foi dito, a liberdade. Por isso entendemos que a escola, tomada aqui como instituição disciplinar, tem papel fundamental nos processos de subjetivação nas sociedades ocidentais modernas. Assim, compreendemos o currículo como dispositivo que coloca em operação refinadas estratégias de governo e governamento que produzem subjetividades. Na seção seguinte procuramos visibilizar como compreendemos esses conceitos e suas implicações nos espaços escolares e não escolares.

Governo, governamento e processos de subjetivação

Nesta seção pretendemos apresentar alguns conceitos centrais desenvolvidos na pesquisa e, especialmente, neste ensaio; entretanto, queremos deixar claro que não temos a intenção de fechar e esgotar tais conceitos, pois os compreendemos como complexos e bastante caros para as teorizações foucaultianas. Seguimos aqui na tentativa de compreender as noções de governo, governamento e subjetivação, a partir de algumas obras de Foucault, especialmente nos cursos "Segurança, Território e População" (1977-1978) e "Nascimento da biopolítica" (1978-1979) no Collège de France, mas também recorrendo aos estudos e contribuições de pesquisadores como Alfredo Veiga-Neto, Nikolas Rose, Peter Miller, Sylvio Gadelha.

O governo, numa perspectiva foucaultiana, refere-se não apenas ao governo do príncipe para o seu principado, tampouco do governo estatal e formal para os indivíduos (governo municipal, estadual e federal, por exemplo). Para Foucault, governar "é estruturar o eventual campo de ação dos outros" (FOUCAULT, 2010, p. 288), ou seja, o governo deve encarregar-se dos homens "mas em suas relações com as coisas que são as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território em suas fronteiras" (FOUCAULT, 2013, p. 415). Governo seria "um modo de conceitualizar todos aqueles programas, estratégias e táticas para a condução da conduta, mais ou menos racionalizados, para agir sobre as ações dos outros de maneira a alcançar certos fins". (ROSE, 2011, p. 25). Pensando a partir dessa perspectiva, o governo seria o modo como o poder age sobre as pessoas, ou

> […] uma certa perspectiva a partir da qual se pode tornar inteligível a diversidade de tentativas feitas por diferentes tipos de autoridades para agir sobre as ações dos outros' e tudo isso com o intuito de 'atingir objetivos como prosperidade nacional, harmonia, virtude,

> produtividade, ordem social, disciplina, emancipação, autorrealização e assim por diante (ROSE, 2011, p. 49).

Como governo podemos entender os "tipos de racionalidades que envolvem conjuntos de procedimentos, mecanismos, táticas, saberes, técnicas e instrumentos destinados a dirigir a conduta dos homens" (GADELHA, 2013, p. 120). Trata-se de um governo que age sobre a condução da conduta de cada sujeito, da população, mas também "àquelas formas de agir que afetam a maneira como os indivíduos *conduzem a si mesmos"* (BUJES, 2008, p. 106). O governo das crianças pelos adultos – por exemplo – pode ser entendido como a arte de conduzir as condutas.

Consideramos necessário esclarecer aqui que o pesquisador Alfredo Veiga-Neto (2005) vem mostrando alguns problemas com o vocabulário técnico e propõe a ressurreição, na língua portuguesa, da palavra "governamento" para diferenciar a ideia de governo na perspectiva foucaultiana, a qual não está somente atrelada às instituições de estado (como governo municipal, Governo da República, ou seja, instâncias governamentais, administrativas, centrais, tal como destacamos acima), mas também a uma ação de governar. Veiga-Neto (2002) procura definir governo como "essa instituição do Estado que centraliza ou toma para si a caução da ação de governar" (VEIGA-NETO, 2002, p. 19) e governamento como "a questão da ação ou ato de governar" (VEIGA-NETO, 2002, p. 19) e "ações distribuídas microscopicamente pelo tecido social" (2002, p. 21).

Assim, entendemos, neste texto, que tanto as estratégias de governo quanto as estratégias de governamento às quais estamos submetidos atuam nos processos de subjetivação, como já procuramos mostrar anteriormente. Ao pensarmos sobre a subjetivação conceituada em Foucault, buscamos, na escrita de Castro (2009), uma referência para melhor compreensão:

> Foucault fala dos modos de subjetivação como modos de objetivação do sujeito, isto é, modos em que o sujeito aparece como objeto de uma determinada relação de poder. Com efeito, os modos de subjetivação e de objetivação não são independentes uns dos outros; seu desenvolvimento é mútuo (CASTRO, 2009, p. 408).

Desse modo, ao relacionar-se com diferentes campos de saberes, o sujeito passa a ser constituído a partir daquilo que lhe é atribuído como verdade. Ele pode ser considerado objeto assujeitado às relações de poder ao mesmo tempo em que opera sobre si mesmo em sua constituição e, ainda, que opera no assujeitamento do outro nessa intrincada rede de relações sociais nas quais está inserido. Esse sujeito é aquele que ocupa seu lugar, que também captura algo enquanto é perpassado por relações de forças que o constituem.

Reiteramos que a subjetivação também passa pela ação do sujeito sobre ele mesmo. Estratégias de governo (programas, projetos, leis, instituições, sistema eleitoral, entre inúmeros outros exemplos) conformam de certa forma o campo de ação possível dos sujeitos, enquanto as estratégias de governamento colocadas no currículo escolar (imposição de filas, formas de avaliação, tratamento dado aos conteúdos escolares, hierarquias instituídas aos saberes e aos sujeitos escolares) refinam essa confirmação. Porém, como já dissemos, o poder age sobre sujeitos livres, então a resistência sempre é possível. Assim, enquanto o currículo como dispositivo dispõe certas estratégias de governamento conformadas no interior de estratégias de governo, o que o sujeito faz com isso, como ele significa essas disposições e se "produz" não está previsto nos manuais. Assim, não faz sentido dizer que o currículo simplesmente "molda", que ele "submete", de forma involuntária, os sujeitos submetidos às suas práticas. Também é importante compreender que essas estratégias de governamento colocadas em ação pelo dispositivo curricular não incidem somente (o que seria possível pensar em primeira instância) sobre os alunos. Quando a professora solicita que as crianças se dirijam em silêncio da sala de aula até o refeitório da escola, não há aí apenas uma ação dela em relação aos pequenos, mas dela sobre ela mesma que supostamente também fará silêncio durante esse trajeto. Um pequeno exemplo para situarmos nosso pensamento e percebemos que somos produzidos e nos produzimos o tempo inteiro, sem muitas vezes nos darmos conta disso.

Com este texto ensaístico não nos propusemos a realizar análises empíricas, mas sim provocar o pensamento em relação a alguns conceitos e noções que permeiam o contexto educacional e nos mobilizam a problematizar as situações com as quais nos deparamos para além dos clichês, sem que precisemos lamentar ou vibrar com determinadas práticas curriculares. O que nos mobiliza é o desejo de pensar com elas, sobre elas, a partir delas, contra elas e nos permitir experimentar outras formas de viver o currículo, de governar e ser governado, de sujeitar e ser sujeitado. Se entendemos o currículo como um dispositivo de governamento que atua fortemente nos processos de subjetivação, vale a pena investir nossos esforços de pesquisa nessa questão.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? In. O **que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Tradução Vinicius Nicastro Honesko, Chapecó, SC: Argos, 2009.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Artes de governar a infância: linguagem e naturalização da criança na abordagem de educação infantil da Reggio Emília. **Educação em Revista,** Belo Horizonte: n. 48, dez. 2008, p. 101-123.

CASTELO BRANCO, Guilherme. Agonística e palavra**:** as potências da liberdade**.** In: CASTELO BRANCO, Guilherme e VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault:** filosofia & política (Coleção Estudos Foucaultianos). Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 153-162.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, concietos e autores; tradução Ingrid Muüller Xavier. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2009.

CASTRO-GOMÉZ, Santiago. **Historia de la gubernamentalidad**: razón de estado, liberalismo y neoliberalismo en Michel Foucault. Bogotá: siglo del Hombre Editores; Pontificia Universidad Javeriana – Instituto Pensar; Universidad Santo Tomás de Aquino, 2010.

CRIZEL, Ana Paula; HATTGE, Morgana Domênica. **Dos processos e efeitos da escolarização em um espaço não escolar**. In. I SEMINÁRIO NACIONAL FORMAÇÃO PEDAGÓGICA E PENSAMENTO NÔMADE: experimentações curriculares, 1., 2015, Lajeado. I Seminário Nacional Formação Pedagógica e Pensamento Nômade: experimentações curriculares textos completos. Lajeado: Univates, 2015, p. 213-217.

COSTA, Cristiano Bedin da; HATTGE, Morgana Domênica. Dispositivos de governamento, jogos de profanação: o currículo entre movimentos escolarizados e não escolarizados. In: XI Colóquio sobre questões curriculares/VII colóquio luso-brasileiro sobre questões curriculares/ I colóqui luso-brasileiro sobre questões curriculares, 2014, Braga/PT. **Currículo na contemporaneidade**: internacionalização e contextos locais. Braga/PT : Centro de Investigação em Educação (CIEd)/Instituto de Educação Universidade do Minho, 2014. v. 1. p. 2150-2156.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução por Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica. 2.ed.Rio de Janeiro: Forense, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 27. ed. São Paulo: Graal, 2013.

GADELHA, Sylvio**. Biopolítica, Governamentalidade e Educação:** introdução e conexões a partir de Michel Foucault**.** 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

MILLER, Peter; ROSE, Nikolas. **Governando o Presente**. São Paulo: Paulus, 2012.

MUNHOZ, Angélica Vier. Práticas investigativas: experiências não escolarizadas. In: MUNHOZ, Angélica Vier et al. **Diálogos na Pedagogia:** Coletâneas, v. 1 – Currículo. Lajeado: Univates, 2012.

ROSE, Nikolas. **Inventando nossos selfs**: psicologia, poder e subjetividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VEIGA-NETO, Alfredo. Governo ou governamento. **Currículo sem Fronteiras**, v. 5, 2005, p. 463-470.

VEIGA-NETO, Alfredo. Coisas do governo. In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). **Imagens de Foucault e Deleuze**: ressonâncias nietzschianas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 13-34.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2003.